

Políticas públicas e governança na educação: a constituição da História como disciplina em Moçambique.

José Gil Vicente*

Abstracto: No mundo atual, priorizar o exercício da reflexão científica acerca de questões acadêmicas e práticas pedagógicas no âmbito das políticas públicas e sociais, é uma preocupação primordial e fundamental na busca e aprofundamento dos conhecimentos teóricos, práticos e metodológicos dos profissionais de História e áreas afins. Pretende-se com este trabalho contribuir na uniformização das ações e intervenções na construção da historiografia moçambicana, analisar as principais causas que podem ser responsáveis pela omissão da história de Moçambique, refletindo e debatendo a busca das possibilidades de abordagens sócio-históricas referentes às políticas e estratégias de implementação de novos currículos. Tem-se o intuito de obter mais insumos sobre a causa de omissão da história do país, o que acredita ser baseada muitas vezes em interesses de grupos, que tende a omitir e a discriminar parte do cotidiano dos moçambicanos, dando foco e atenção, muitas vezes, a uma história eurocêntrica, de lutas e disputas do branco, e quase nunca a realidade do país. Tais práticas constituem uma violação dos direitos da educação e instrução da criança, o que nos dá margem para agir sem qualquer tipo de receio. Serão utilizadas como fontes, bibliografias diversas, como: monografias, dissertações, artigos, discursos, comunicações, relatórios oficiais e teses, além de análise *in loco*, a fim de perceber a história dos moçambicanos. Acredita-se que estaremos contribuindo para o entendimento das Políticas Públicas e a constituição da História como disciplina em Moçambique.

Palavras-chave: Políticas públicas; governança da educação; a constituição da História; Moçambique.

* Doutor em “Ciências de Educação” pela Universidade de Roma “Tor Vergata”, Itália e pela Universidade de Granada, Espanha. Bolsista Pós-doutoral CAPES – UNIVERSO- Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, RJ- Brasil. E-mail: gilvicente2007@yahoo.com.br

Public policies and governance of education: Constituting History as a subject in Mozambique

*

Abstract: In the actual world, prioritize the exercise of scientific thought on academic questions and pedagogical practices within the boundaries of public and social policies it is a primary and fundamental preoccupation in the search and deepening of theoretical, practical and methodological knowledge by professionals of History and similar areas. The goal with this paper is to contribute on standardizing actions and interventions on building Mozambican historiography, analyze the main reasons that might be responsible for omission of history of Mozambique, reflecting and debate the search of possibilities of social and historic approaches referring to policies and strategies to implement new curricula. It is an aim to get more inputs about the reasons for omissions of the country history, believing that it's based most of the times on group interests that tend to omit and discriminate part of the daily life of Mozambicans, giving focus and attention, many times, to a Eurocentric history, of fights and disputes of the white, and almost never the reality of the country. Those practices constitute a violation of the educational and instruction rights of children what gives us reason to act without any fear. As sources we'll use different bibliography as: monographs, dissertations, articles, speeches, communications, official reports and thesis besides in loco analysis to understand the history of Mozambicans. The belief is we'll be contributing to the understanding of Public Policies and constituting of History as a subject in Mozambique.

Key words: Public policies; governance of education, constitution of History; Mozambique.

* Doctor in "Education Science" by the University of Roma "Tor Vergata", Italy and by the University of Granada, Spain. Postdoc scholar at CAPES – UNIVERSO (Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, RJ- Brasil).

1. Introdução

A história de uma nação não é algo que se resume em uma dezena e meia de linhas ou páginas. Porém, é fato que quando os historiadores no futuro tiverem que se ocupar de escrever o que foi Moçambique, País que viveu cerca de 500 anos de colonização portuguesa. A sua luta pela independência, iniciada em 25 de Setembro de 1964, encadeada pela FRELIMO¹, até alcançar a sua independência em 25 de Junho de 1975. Os historiadores não estarão a contar histórias de um país cujo percurso foi de todo um rosado. E não será o único caso. Pois a construção de uma nação raramente se torna um processo de conquista em linha reta.

A fim de pensar Políticas públicas e a constituição da História como disciplina em Moçambique, este estudo tem como objetivo, contribuir nas ações e intervenções da construção da historiografia moçambicana; analisar as causas responsáveis pela omissão da história, reflectindo a busca das possibilidades de abordagens sócio-históricas referentes as políticas e estratégias de implementação de novos currículos.

Os novos desafios lançados apontam para a necessidade de refletir profundamente sobre as políticas públicas, especificidade da educação de jovens e adultos em suas relações com a história da área e a educação como ponto de partida para a construção de mudanças para o ensino de História no âmbito da agenda da EPT- Educação da Para Todos. Fazer do ensino da história uma disciplina guia para o presente que permite ver o que será o futuro. Estudar História é necessário para fazer a revolução. Ela vai situar-se no centro da sistematização da gestão científica, política e cultural da existência dos povos. A importância de termos políticas oficiais explica a apreensão levantada na Declaração Africana sobre o Poder do Ensino dos Jovens e Adultos e Educação, assim como o Desenvolvimento para Africa (UNESCO, 2009, pp. 3, 5). Neste contexto, alerta-nos Morakinyo (2003) sobre a importância de educação adequada para os jovens quando nos diz que: “Se os jovens não estão hoje bem equipados com exposição de aptidões, educação e guia necessária para a realização de desafios do amanhã, um amanhã melhor, morre prematuramente nas nossas mãos inexperientes”. O amanhã morre prematuramente quando as políticas públicas são mal desenhadas para uma educação adequada, de excelência e para todos.

¹ Frente de Libertação de Moçambique

A história da ideologia e política da África antes e depois da independência das suas colônias, nos leva a necessidade de colocar e pensar os problemas da África e de Moçambique em particular. Tem-se o intuito de obter mais insumos sobre a causa de omissão da história do país, o que acredita ser baseada muitas vezes, em interesses de grupos, que tende a omitir e a discriminar parte do cotidiano dos moçambicanos, dando foco e atenção, muitas vezes, a uma história eurocêntrica, de lutas e disputas do branco, dos reacionários e quase nunca a realidade do País.² Tais práticas, constituem uma violação dos direitos da educação da criança e adolescente; plasmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o que nos dá margem para agir sem qualquer tipo de receio.

Segundo Graciani (2001, p.13) “A violação do direito é também resultado de um processo distorcido da educação daquelas mesmas pessoas que deveriam resguardar esse direito. Esta é a educação dominante sustentada na cultura da indiferença, herança de uma civilização que nasceu com marca da violência e de descompromisso com a sorte das maiorias.

Chesneaux(1995), na sua obra: *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*, o autor, o francês defende que a ocultação do passado sempre foi estratégia utilizada pelo poder. Na sua percepção social, “o controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe; mas se efetua segundo modalidades específicas de cada modo de produção dominante” (CHESNEAUX, 1995, p. 35). Argumenta que deveria ser a verdadeira função da história (ou da história da história) resgatar em cada etapa do passado, a relação peculiar existente em cada saber histórico e o respectivo modo de produção dominante.

Em relação aos movimentos de libertação dos chamados “Países do Terceiro Mundo” no século XX, enfatiza como a vontade de libertar o passado e apoiar-se nele foi fundamental no processo de afirmação de identidades nacionais e unidades nacionais.

Nas políticas sociais a educação é uma das formas de materialização de vários pressupostos acima mencionados e no contexto do capital humano³, a educação pode ser encarada como um polo de desenvolvimento humano.

² Sobre o poder instituído pelos europeus na disputa de grupos, ver ELIS, Nobert. O processo civilizador...

³ O conceito de capital humano, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do

2. Relevância:

A relevância deste estudo ao reconstituir fatos que interessam a constituição da História como disciplina em Moçambique e à História de Moçambique pode possibilitar a inserção do aluno no passado da comunidade onde vive, visto que, ao interrogar as fontes locais encontrará referências em pessoas mais velhas, lugares conhecidos, identificação dos vestígios do passado na sua comunidade, permitindo uma compreensão empática dos grupos sociais que fizeram parte de diferentes momentos da história, desenvolvendo nos alunos, estudantes e investigadores hábitos e habilidades de competências de pesquisa. Contribuindo desta forma para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, estudantes, investigadores e aos demais interessados no desenvolvimento da historiografia da história e matéria de cada região do País.

Citando Henry Button (1990), “entender o significado do desenvolvimento é importante, porque a falta de um objetivo e de uma política relevante cria entraves em muitas nações em desenhar uma política consistente e efetiva do desenvolvimento”.

As políticas públicas e sociais quando forem implementadas de baixo para cima, a história local vai provar a autenticidade das fontes e possibilitar uma sólida iniciação ao ensino da história uma vez que, em situações em que o aluno da tenra idade é confrontado com acontecimentos de regiões muito distantes leva a que este considere esta ciência como uma mera invenção.

3. Contextualização histórica

A história de Moçambique encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi descreveu uma importante atividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj"(os negros) da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do atual Moçambique. No início do século XVI afirma-se que possivelmente existiam alguns

milhares de mouros⁴. Estes, não apenas comercializavam, como também passaram a trabalhar o cobre e o ferro (SERRA, 2000). Não obstante, o ouro era o principal artigo nas transações comerciais. Segundo a teoria do linguista J. H. Greenberg, referenciado por Serra (2000, p.12), o povoamento Bantu⁵ na região da África Austral, da qual Moçambique é parte integrante, iniciou com o processo de expansão a partir das grandes florestas congolenses, há cerca de três mil anos. . Só em 1885 com a partilha de África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim⁶ se transformou numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, nos inícios do século XX a uma verdadeira administração colonial. Pretendemos fielmente mais sem piedade desmistificar o cúmulo do pensamento europeizante, segundo o qual pretende passar a ideia de que a história dos territórios dominados inicia sempre com a colonização dos mesmos.

Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na sua edição de 2009 classifica o país na 172^a posição, entre 182 países considerados, com um IDH de 0,402.39. A esperança média de vida da população é de apenas 52 anos. O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, 45% da população moçambicana continua a viver com menos que USD 1 por dia e não tem acesso a serviços básicos, como água potável, escolas e instalações médicas (Fian Internacional 2010; Suárez e Borrás Jr. 2010).

Apesar do Governo de Moçambique e os doadores investirem esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento das políticas sócio-económicas e a redução da pobreza, os indicadores chave sócio-económicos são ainda muito graves: o PIB per capita é de 1.100 USD, a taxa de alfabetização de adultos é de 48,1%. Mesmo com alguns progressos alcançados, a taxa de analfabetismo do país continua entre as mais altas do mundo, principalmente entre as mulheres, cuja taxa de analfabetismo é superior

⁴ Mouro era o termo com que os portugueses designavam os swahili-árabes no Império de Monomotapa (SERRA, 2000, p. 53).

⁵ A palavra “Bantu” tem conotação exclusivamente linguística e surgiu dos estudos entre 1851 e 1869 do linguista alemão Bleck para assinalar o grande parentesco de cerca de 300 línguas, as quais utilizam esse vocábulo para designar “homens” (singular Muntu). Não existe, pois, uma “raça Bantu” (SERRA, 2000, p. 11).

⁶ A “Conferência de Berlim”, realizada em 1884/5 entre as grandes potências europeias, ocupou-se da discussão da “questão colonial” e foi um processo para se chegar a um acordo, à mesa de conversações, sobre o delineamento de fronteiras, com o fim de se evitarem, no futuro, conflitos armados. A partilha de África, aquela que passou a vigorar nos mapas, não se fez verdadeiramente em Berlim. Ela principiara já, e prosseguiu depois. O que se tentou fazer em Berlim, foi obter um acordo de princípios entre as diversas potências concorrentes (HEDGES, 2000, p. 161).

(64,2%) em relação aos homens (34,6%), e mais alta nas áreas rurais (81,2%) do que nas urbanas (46,1%). Após a proclamação da independência nacional, em 25 de junho de 1975, a taxa de analfabetismo se situava em 93 %. Isto significava que em cada 100 moçambicanos apenas sete sabiam ler e escrever. Esta situação levou a que o Governo colocasse na sua agenda a alfabetização como uma das prioridades. Segundo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), somente dentro de trinta anos a esperança de vida dos moçambicanos atingirá o nível médio actualmente registado no Mundo, mas de acordo com a UN será ainda mais tarde (INE 2010, p.41; UN 2011).

Segundo o relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Moçambique 2010 (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2010 B), o emprego no sector formal em Moçambique é extremamente baixo, e representa cerca de 16 por cento da população economicamente ativa mesmo que se inclua cerca 7,2 milhões de cidadãos empregados por conta própria (principalmente em áreas rurais, e como agricultores de subsistência) o nível de desemprego é de cerca de 20 por cento, incluindo a população em idade activa de trabalho.

A agricultura constitui o meio de subsistência predominante das comunidades rurais seguida da agropecuária, ambas atividades extremamente dependentes da disponibilidade de terra fértil e de água. Ademais, 85% da população moçambicana vive nas zonas rurais, onde se encontra a grande maioria dos dois terços da população vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta (Castel-Branco 1994: 31). Dados do relatório do conselho de ministros (1995: 5), na República de Moçambique, o sector familiar explora cerca de 90% da área total de terras cultivadas e representa um potencial produtor.

Segundo Cervo (1997,p.5-11), a historiografia que trata de África e em particular de Moçambique é dominada pelas análises da evolução política do comércio exterior, em razão das ações governamentais que atrelaram desenvolvimento nacional e comércio internacional. E parte significativa dessa literatura está concentrada na área das relações internacionais ou da ciência política, com ainda pouco interesse ou contribuição da comunidade de historiadores ou ciências afins.

As resistências empreendidas pelos africanos, em particular os moçambicanos contra o escravismo, o comércio de escravos e a colonização estrangeira reforçaram a negação da história da África e de Moçambique. Porém, essas circunstâncias não fizeram com que o continente rompesse o curso de sua história. Fazer da história de

Moçambique objecto de estudo, significa, acima de tudo reflectir e aprimorar os instrumentos das políticas sociais e governança da história educacional através dos quais conferimos a dura realidade da historiografia antes e pós-independência.

4. Política públicas e Governança.

Catherine Scott (1986), vai aplicar o conceito de *soft state* e de “política personalista” para definir a primeira década de “transição socialista” em Moçambique. Segundo esta autora, a emergência das características do “Estado fraco” e da “política personalista” em Moçambique deveria ser vista no contexto das tentativas que foram feitas pelo regime frelimista como forma de criar novas instituições sócio - económicas e administrativas.

As políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para resolver problemas sociais nas mais diversas áreas. Obviamente envolve na elaboração de directrizes que norteiam programas de qualquer uma dessas áreas, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente. Visa à melhoria dos serviços prestados à população. Também cria programas, propõe e analisa linhas de financiamento com recursos públicos e avalia os resultados alcançados com as medidas adoptadas.

De acordo com Stromquist (2008), no mundo real, política (‘policy’) é precedida e seguida pela política (‘politics’), uma vez que a política (‘politics’) é o processo envolvido na determinação e implementação das metas de políticas públicas e sociais. Numa sociedade democrática as políticas procuram o bem comum, mas o bem comum é determinado pela política (‘politics’). Stromquist (2008) citando alguns autores como Knapp (1995, p. 2), Edelman (1971) e Grindle (1996), respectivamente, descreve política (‘policy’) como “uma orientação propositada da acção por indivíduos a níveis mais elevados num sistema concebido para orientar, dirigir, ou apoiar acções a níveis mais baixos do sistema no espaço e no tempo”. Refere-se aos cientistas políticos como indivíduos que inclinam-se a dar uma definição mais vasta de política, considerando o

caracter formal e informal destas formulações e o modo como elas afectam a natureza, cultura e comportamentos de indivíduos e instituições.

5. Políticas sociais

As políticas sociais são um tipo de políticas públicas cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área (CUNHA, Edite e CUNHA, Eleonora, 2003, p. 11).

De acordo com Golias (2000, p.15) “a educação pode atribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e eventualmente mais puro, e que, ao mesmo tempo favoreça progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional.” Desta forma, o compromisso com a historia de Moçambique implica garantir uma educação científica e ética à juventude.

Para que isso aconteça temos que romper o cerco. Moçambique precisa de uma redefinição de estratégia, ideologia e política de Estado e a redefinição da defesa do interesse nacional.

As políticas públicas e sociais sólidas, e boa governação passa necessariamente pelo compromisso com a verdade e justiça, fraternidade, bem como a solidariedade entre os moçambicanos. Em defesa das políticas públicas e sociais, SANTOS, Boaventura⁷ (2011) discursando no Porto Alegre: II Fórum Social Mundial, referindo-se sobre a educação em África, particularmente Moçambique disse:

“Leva-nos obviamente a embrenharmo-nos no mundo das políticas públicas e sociais, estas que por sinal, são ditadas aos países pobres por seus financiadores, principalmente pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, e isto, faz com que os diferentes países do mundo que estejam hoje no continente americano, asiático, africano ou no leste europeu, sigam tal modelo se quiserem ter acesso a crédito internacional e, por conseguinte tentar desenvolver algum tipo de política social”.

Sendo assim, afirmamos ser um fenómeno preocupante na conjuntura social e histórica moçambicana.

Bom que se esclareça que depois da proclamação da independência de Moçambique (25 de Junho de 1975), ocorreram várias nacionalizações, o povo tomou o

⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. Em defesa das políticas sociais. In caderno Ideação. Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. Porto Alegre: II Fórum Social Mundial.

poder dos meios de produção. O mandato era o de restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais. Com esse fim, em 24 de Julho de 1975, o governo da Frente de Libertação de Moçambique declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça, e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, moçambicano ou estrangeiro residente passou a ter direito a ser proprietário duma casa para habitação permanente, mais perdeu o direito a arrendar casas de habitação a outrem.

Estas nacionalizações foram a causa próxima para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários daqueles serviços sociais. Com esses indivíduos, na maioria portuguesa, eram muitas vezes igualmente proprietários de fábricas, hospitais, escolas, barcos de pesca ou outros meios de produção.

A área de educação constituiu o primeiro passo para o Estado passar a dirigir o processo educativo e uniformizar o sistema de ensino. Foi analisado dentre outras questões a historiografia moçambicana e os currículos escolares.

O estado nomeou administradores para as escolas privadas, cujo pessoal passava à responsabilidade do Estado. Muitas das unidades privadas de saúde e educação pertenciam a igrejas cristãs, principalmente à Igrejas Católicas, e estas nacionalizações, associadas à propaganda oficial socialista e fortemente laica, também considerada como "anti-religiosa", criaram um clima de animosidade entre algumas destas igrejas e seus crentes e o estado (ou a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, que era de facto a força política que comandava o estado).

O Estado decidiu que deviam ser eliminados os objectivos, as políticas e conteúdos coloniais, paralelamente, foram formados professores para leccionarem os conteúdos que pudessem responder às necessidades do momento.

De acordo com García (1999:72), a formação de professores é um processo paralelo ao desenvolvimento dos sistemas nacionais de educação e ensino. O que nem sempre acontece. Consequentemente, até hoje, discute-se a questão de políticas públicas, sociais e de reformas curriculares, e a maior parte das vezes sob pressão, e, consequentemente, com um empirismo naturalmente aberto as moedas e todas sugestões que por vezes não passavam de simples estratégias com vista a tirar alguns dividendos quer em recursos ou protecctionismos de quem os permite que sejam implementados.

Segundo Coraggio (2003, p. 77-78), as políticas sociais das quais a educação é uma das formas de materialização, podem apresentar três formas fundamentais: a

primeira enfatiza as políticas sociais no contexto do capital humano⁸ na qual a educação é encarada como via de desenvolvimento humano. Não há desenvolvimento sem educação. Obviamente não há educação sem desenvolvimento. Apostar na educação é o mesmo que investir no desenvolvimento e futuro “das pessoas”. Nisso decorre a necessidade de “acesso mínimo” à Educação, instrução, saúde, alimentação, saneamento do meio e habitação condigna, bem como de aumentar a expectativa de esperança de vida.

Na segunda, as políticas sociais funcionam como elemento compensatório numa tentativa de suprir o *deficit* provocado pela revolução tecnológica e econômica no mundo de globalização⁹. Neste sentido, elas representam a continuidade da política de ajuste estrutural, cujo objetivo é menos Estado, mais mercado, eliminando os principais direitos universalmente conquistados, ficando para o setor estatal apenas a garantia dos chamados “serviços básicos”.

Na terceira, as políticas sociais visam a reestruturação do governo que na perspectiva de descentralizá-lo, ao mesmo tempo o reduz, deixando muitas das suas funções para a sociedade civil. O Estado é chamado a alocar competitivamente os recursos nas mãos da sociedade civil sem a sua mediação. É dentro destas três principais formas que caracterizam as políticas sociais que se deve lutar para construir uma proposta mais avançada para as políticas públicas.

Para Coraggio (2003, p. 79) as políticas sociais atuais constituem o resultado não apenas da avassaladora iniciativa das forças inspiradoras pelo novo conservadorismo de direita, como também da ausência de iniciativa e de comportamento defensivo das outras forças sociais e políticas, que nos torna responsáveis por avançar além da denúncia estigmatizadora ou de crítica ideológica. Portanto, a análise das políticas

⁸ O conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1989, p. 41).

⁹ É forçoso reconhecer que o neoliberalismo é uma ideologia muito bem sucedida. Instaurou uma nova concepção do mundo num período muito curto de tempo (a partir da década de 1970), em quase todo o globo, em todas as esferas da vida. A amplitude dessa “nova” concepção foi caracterizada pelo presidente do Banco Mundial, J. Wolfensohn (1995), como uma nova era, a Era do Mercado, um tempo concebido como descontínuo em relação ao período do *welfare state* e, sobretudo, ao socialismo e as lutas de classes.

públicas educacionais pressupõe, em primeiro lugar, a abordagem do elemento macro que a envolve, isto é, as políticas públicas sociais e estas no contexto do neoliberalismo e o seu caráter de globalização.

De acordo com Azevedo (2001, p. 5), “abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam materialidade da intervenção do Estado ou o - “Estado em ação”“. A intervenção do Estado nas políticas sociais na perspectiva do neoliberalismo¹⁰.

Segundo Marrach (1996, p. 43), parte do pressuposto de que a economia internacional, por si só, é auto-regulável, não necessitando da intervenção do Estado. Segundo o mesmo autor, a educação, na vertente neoliberal, deixa de pertencer ao campo social e político, funcionando como mercado, conseqüentemente, sujeita às regras deste último. Assim, os problemas econômicos e sociais são atribuídos à participação do Estado em políticas sociais (MARRACH, 1996).

As políticas públicas bem desenhadas contribuem para a participação activa do cidadão no exercício da sua cidadania como um compromisso social rumo ao desenvolvimento.

6. Ideologia e política

No âmbito deste estudo faz-se o uso da perspectiva histórica, particularmente da historiografia de Moçambique, que se caracteriza por chamar atenção a ideologia e as políticas do partido no poder -FRELIMO¹¹, na constituição da história no processo de ensino e aprendizagem, depois da introdução do antigo currículo do sistema de educação pós-independência.

O papel específico da ideologia como instrumento de luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. Portanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões

¹⁰ O neoliberalismo parte do pressuposto de que a economia internacional é auto-regulável, capaz de vencer as crises (...) sem a necessidade de intervenção do Estado. Enquanto o liberalismo tinha por base o indivíduo, o neoliberalismo está na base das atividades do FMI, do Banco Mundial, dos grandes aglomerados e das corporações internacionais.

¹¹ Frente de Libertação de Moçambique.

de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (CHAUI, 1986, p. 103). A ideologia preconizada pelo Partido FRELIMO visava continuar com a luta pela formação do Homem Novo¹².

Segundo Gómez(1999), por meio da educação, os ideais da FRELIMO poderiam ser disseminados entre sectores da população que tinham participado pouco ou nada na luta da libertação as escolas formariam um novo tipo de cidadão, o *homem novo* baseado na ciência e na «racionalidade» .

De acordo com MEC (1980, apud GÓMEZ, 1999) analisados os programas até então em vigor à luz da nova política educacional, impôs-se a expurgação de tudo o que fosse contrário a uma ideologia adaptada. Dai, foram elaborados novos programas de primeira a décima classe, na base de alteração de conteúdos, introduzindo-se a disciplina de educação política, com objetivo de disseminar a formação política e ideológica da frelimo. Foram introduzidos os estudos políticos no seio dos professores e a disciplina de história e geografia de Moçambique com caráter obrigatório durante o ano de 1975. Foram igualmente introduzidas no currículo escolar, atividades práticas, como forma de afirmação da personalidade moçambicana. Deu-se um valor especial a atividades práticas com base no princípio de ligação do estudo á produção e desenvolvimento econômico.

No âmbito do Sistema Nacional de Educação, o plano curricular do ensino básico, no tocante a educação para a cidadania, tinha dentre outros os seguintes objetivos: Educar o cidadão a ter amor à Pátria, orgulho e respeito pela tradição e cultura moçambicana, proporcionar o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade; inculcar na criança, no jovem e no adulto padrões aceitáveis de comportamento; lealdade, respeito, disciplina e responsabilidade; educar a criança, o jovem e o adulto para o respeito pelos órgãos e símbolos de soberania nacional; educar a criança, o jovem e adulto para o espírito da unidade nacional, paz, tolerância, democracia, solidariedade e respeito pelos direitos humanos; assegurar o conhecimento e respeito pela Constituição da República de Moçambique. Toda a teoria de formar o

¹² Homem livre da exploração. Um Homem consciente da realidade exploradora onde vive e, portanto, libertado. Tal sociedade do “homem novo” seria *sociedade comunista*”. Inspirado na filosofia de Hegel, Marx interpretou a vida social dos homens em chaves dialécticos.

Homem Novo, visava dirigir o projeto de defender a Pátria, vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo¹³.

Em 1976, inicia uma guerra que destruiu o país durante 16 anos que terminou em 1992, com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma. A guerra, como era de esperar, instalou crise generalizada nos domínios político-militares, econômicos e sociais. Foi nesse período também que se assiste à mudança dos rumos da sociedade moçambicana, o abandono do projeto de construção do socialismo, revisão da primeira Constituição da República Popular de Moçambique e a entrada do país no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial e o consequente programa de ajuste estrutural¹⁴ imposto ao país.

Para Soares (2003, p. 23), as reformas profundas em suas instituições e políticas passaram a serem consideradas mais importantes do que o alívio da dívida.

No mundo académico e democrático, priorizar o exercício da reflexão científica acerca de questões académicas e práticas pedagógicas no âmbito do processo de ensino e aprendizagem das ciências sociais e humanas, constitui uma preocupação primordial na busca e aprofundamento dos conhecimentos teóricos e metodológicos dos profissionais de História e áreas afins.

De acordo com Paulo Freire (1996, p. 25), “*Ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção*”. Neste contexto, a constituição da história como disciplina de ensino em Moçambique actua como agente de mudanças sociais e formador de actitudes e valores históricos em estilo de vida e cultura saudável.

Com a mesma relevância, a todo o social e seus elementos – economia, sistema político, sistema educacional, padrões da colectividade e outros – são influenciados por esses valores e umas das facetas de um sistema de valores é orientar a percepção e

¹³ O Socialismo tem sido historicamente definido como um programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial.

¹⁴ O objetivo do programa de ajuste estrutural é assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura económica dos países de forma a fazer desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento (neoliberal): proteccionismo, excesso de regulamentação, intervencionismo, elevado grau de introversão, entre outras. A ideia central que passou a vigorar é que a maior parte das dificuldades desses países se encontra neles próprios, sobretudo na rigidez de suas economias.



condutas dos indivíduos na sociedade. (Turner, 2005, p.38). Em Moçambique, o exemplo prático foi a introdução da disciplina de educação política no ensino básico.

7. A constituição da História como disciplina em Moçambique.

A disciplina de história entra no currículo da educação moçambicana como disciplina de ensino obrigatória na introdução do antigo sistema nacional da educação, após independência, em 1975. Moçambique viveu o sistema de governação monopartidária, em que os professores tinham obrigatoriamente de falar sobre a história de Moçambique no contexto da disciplina partidária, do socialismo ou do Marxista-Leninista. Na visão de Cahen (1993) e Ottaway (1998), a FRELIMO nunca tinha chegado a ser um partido de vanguarda e o Estado moçambicano tinha falhado, logo de início, em transformar a política e a economia moçambicana em moldes socialistas.

Segundo Marina Ottaway (1998), tudo não passava de um “socialismo simbólico” e de uma “reforma simbólica”, sem nenhuma modificação real na economia como também no sistema político. Na mesma senda, Catherine Scott (1986) afirma que os livros foram feitos consoante os interesses do partido FRELIMO. Entretanto, a independência moçambicana era mostrada, como um bem social conquistado pelo partido, super valorizando a figura partidária frente aos moçambicanos. Um dos efeitos da independência era a garantia política através do envolvimento das populações, visando o desmantelamento das estruturas de poder colonial (régulos ou líderes tradicionais e religiosos), a luta contra o *apartheid*, dentre outras.

No âmbito da sociologia do conhecimento, sobre as condições sociais da produção de políticas de conhecimento científico em Moçambique e no contexto histórico particular, conhecido como o período da “transição socialista” (1975-1990), durante o qual o partido no poder, a FRELIMO, desenvolveu um projeto de construção do socialismo¹⁵, tendo como guia os princípios teóricos e práticos do marxismo-leninismo.

¹⁵ Em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como um programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não

Na ótica do historiador russo Nicholas Riasanovsky define o Marxismo-Leninismo: “A doutrina comunista como constitutiva da variante do marxismo¹⁶ baseada nas teorias de Marx e Engels reelaboradas e desenvolvidas por Lenine (marxismo-leninismo) ” (RIASANOVSKY, 1984).

Segundo Abrahamsson e Nissson (1994, p. 32-44), quando se iniciou a guerra contra o colonialismo português, a questão de como organizar a sociedade nas regiões libertadas, regiões sob controle da FRELIMO como resultado de vitórias no terreno sobre o exército colonial, constituiu preocupação fundamental. Embora existisse no seio dos que aderiram à luta um objetivo comum, a independência nacional, a partir do momento em que a FRELIMO foi obrigada a responsabilizar-se pela administração das “zonas libertadas”, surgiram diferentes opiniões sobre a política econômica e tipo de sociedade a construir. Segundo a FRELIMO (1977, p. 14),

Revelou-se abertamente nas nossas fileiras elementos com vocação capitalista, o que desencadeou uma luta cerrada, ideológica e política na nossa organização. Esta surgiu, numa primeira fase, sob a forma de divergências de opinião. Divergências que, na realidade, mascaravam a contradição fundamental no nosso seio: o antagonismo de classe.

Durante a luta armada no seio da FRELIMO estiveram sempre presentes aquilo que se denominou de “duas forças”, que eram diametralmente opostas, rotuladas de “força revolucionária” e “força reacionária”, esta última Abrahamsson e Nilsson (1994, p. 33), denominaram de “forças moderadas”.

Embora existam divergências entre as duas forças rivais da FRELIMO relativamente ao modo de implementação da sua ideologia de modernidade, esta continua a constituir uma das bases do poder da elite. A ideologia de modernidade da elite nasceu como uma grandiosa tentativa de redefinição do lugar de Moçambique dentro da comunidade internacional.

Autores, como Marina Ottaway (1998) , Catherine Scott (1988) e, Michel Cahen (1993) na sua análise sociológica sobre o contexto do pós-independência em Moçambique, se debruçaram com maior afinco nas fraquezas do Partido/Estado

somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1993, p. 1196-1197).

¹⁶ O marxismo é uma doutrina com grandeza e fascínio próprio e levou milhares de pessoas em todo o mundo a segui-lo sem pré-condições. Riasanovsky (1994: 472)

freliminiano. No contexto de crítica à historiografia moçambicana pode-se compreender representações da história menos alinhadas com a versão oficial apreendida nos manuais da disciplina, pois, nota-se uma preocupação dos alunos e estudantes que demonstram procurar conhecer a história de uma forma menos ideológica.

8. Considerações finais

À luz da Lei n° 6/92 de 5 de Maio, Moçambique introduziu algumas alterações nos objetivos e conteúdos dos programas de ensino da História do ensino primário. Um dos objetivos foi abordar fatos recentes da História de forma distorcida que no fundo só denunciavam negação da negação “*Ideologização do ensino da História*”. Contudo, não mudaram os seus métodos de ensino, sobretudo o Método Histórico e seus procedimentos metodológico, introduzido a partir da 4ª classe (4ª série), no âmbito do Sistema Nacional de Educação. Na prática a Lei acima referida, manteve os seus objetivos gerais, em particular, os que se referem à Educação para a cidadania, que se encontram mais explícitos no Plano Curricular do Ensino Básico de 1997.

Brazão Mazula (1995), aborda problemas de origem filosófico-antropológica e cultural no ensino da História, fazendo uma análise crítica à “ideologização partidária” e do seu “divórcio” com as particularidades culturais dos alunos e/ou comunidades originais. Partindo dos resultados deste estudo de investigação é evidente que os diversos programas de educação de jovens e adultos oferecidos em Moçambique não têm os recursos necessários em termos de educadores e de financiamento para alcançar a Educação para Todos no país até 2015.

Há toda necessidade de fortalecer as capacidades dos intervenientes na elaboração e construção da historiografia de Moçambique pós-independência, na sua dimensão real para a “construção do consenso”, baseado numa história que de facto dê a população em geral, noções sobre a realidade da África e em particular dos moçambicanos.

Bibliografia Básica de Referência

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974 -1992*. Maputo, Moçambique: CEGRAF, 1994.

Anuário do Ensino, 1930, 1931, Lourenço Marques. p.10-11. In: David Hedges, *História de Moçambique – Moçambique no auge do colonialismo*. Maputo: Universidade Eduardo de Modlane, 1993, p.46.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Mário. *Historical Dictionary of Mozambique*, The Scarecrow Press, Inc., 1991

BARTHOLOMEW, Ann; TAKALA, Tuomas & AHMED, Zuber, Avaliação a Meio Percurso da Iniciativa ‘Fast Track’ da EPT Estudo Nacional: Moçambique, esboço, 1 de Setembro de 2009.

Boletim da República no. 12 Série I (1983). Lei 4/83 de 23 de Março. Sistema Nacional da Educação. Maputo: Imprensa Nacional.

CAHEN, Michel. “Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism?”, In: *Review of African Political Economy*, No. 57, The Politics of Reconstruction: South Africa, Mozambique & the Horn, pp. 46-59, July, 1993.

CAHEN, Michel. « Publicações do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane », *Politique Africaine*, II (5), , pp.113 – 115, *Mimeo*, Fev. 1982.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 40, n. 2, p. 5-26, Dec. 1997 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473291997000200001&lng=en&nr m=iso>. access on 09 May 2015.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a histeria e os historiadores*. São Paulo, Ed. Ática, 1995.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CUNHA, Edite; CUNHA, Eleonora. Políticas públicas sociais. In: *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2003.



Desafios para Moçambique 2012. Maputo: no prelo. INE, 2010. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040). Portal do Instituto Nacional de Estatística. www.ine.gov.mz.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a práticas educativas*. São Paulo. Paz e terra; 1996.

FRIGGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GARCIA, Carlos Marcelo, *A formação de professores para uma mudança educativa*, Porto, Porto Editora, 1999, 270 p Education for All Fast Track Initiative (EFA FTI), MEC 2003.

GOLIAS, Manuel. *Educação Básica. Temática e Conceitos*. Maputo, 2000.

GRACIANI, Maria Stela S. *Pedagogia Social da Rua*. Cortez Editora, São Paulo, 2001
Journal of Modern African Studies, 26, p.211-226, 1988.

JONE, Augusto Luís. *Política do Banco Mundial para Educação Básica Moçambicana – 1985-2000*. Dissertação do Mestrado. Florianópolis, Março, 2005.

MARRACH, Sonia Alem. *Neoliberalismo e Educação*. In: *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. Cortez, 2003.

MAZULA, Brazão(1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Lisboa.

MOREIRA, António Flávio Barbosa, *Currículo:Política e Prática*, 7ª Ed, Campinas, SPaulo, Papirus, 1999.

Morakinyo, A. 2011. Why it is important to make education affordable. You think! Washington, D.C.: World Bank, 20 May 2011.
<http://youthink.worldbank.org/issues/educatio>

OTTAWAY, Marina. “Mozambique: from symbolic socialism to symbolic reform”. In: PACHECO, José Augusto, *Currículo, teoria e prax*, Porto, Porto Editora, 2001, 271
Programa de Ciências Sociais para o II Ciclo do ensino Básico 2006.

Plano Curricular de Formação de professores Para o Ensino primário, Maputo, 2006

RIASANOVSKY, Nicholas, *Storia della Russia. Dalle origini ai giorni nostri*, Bompiani, 1994.



SANTOS, Boaventura. Em defesa das políticas sociais. In caderno Ideação. Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. Porto Alegre: II Fórum Social Mundial. 2011.

SERRA, Carlos. (org). Penetração mercantil portuguesa e o seu impacto – cap. V, In: *História de Moçambique*. Maputo - Universidade Eduardo Mondlane: Livraria Universitária, v. 1, 2000.

STROMQUIST, Nelly P Entender o Significado e os Usos do Termo “Política”; Comunicação apresentada no Congresso Mundial das Sociedades de Educação Comparada, em Cape Town, 13-17 de Julho de 1998.

UN, 2011. World Population Prospects, the 2010 Revision. United Nations (UN). <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp>.